

“Contra fatos não há argumentos”? Reflexões exploratórias sobre a validação de teorias em Administração

FABIANA FERREIRA SILVA

(Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE) professorafabyana@gmail.com

FLÁVIA ANDREZA DE SOUZA

(Governo do Estado de Pernambuco) flavia.souza.adm@gmail.com

MARCOS GILSON GOMES FEITOSA

(Universidade Federal de Pernambuco - UFPE) feitosam@terra.com.br

VIRGÍNIA DO SOCORRO MOTTA AGUIAR

(Universidade Presbiteriana Mackenzie, Escola de Engenharia) virginia-aguiar@hotmail.com

ROSAMARIA BELO LUCENA

(Universidade Federal de Pernambuco - UFPE) rosamaria.lucena@gmail.com

Resumo: A supremacia da prova e a aplicabilidade dos achados das pesquisas constituem condições de sobrevivência e de legitimação para o conhecimento científico. A pergunta que norteou o desenvolvimento deste ensaio teórico foi: em Administração, pode-se acreditar em teorias que não se pode (também) comprovar? Este ensaio teórico foi desenvolvido com o objetivo de provocar reflexões a partir de questionamentos sobre a validade das teorias administrativas, os critérios de certeza e verdade, a humanização ou desumanização da ciência e o custo, para a sociedade, referente à mercantilização do conhecimento.

Palavras-chave: Teorias Administrativas. Validação Científica. Mercantilização do Conhecimento.

“Is there any getting around facts”? Exploratory reflections on validation of Administrative theories

Abstract: The preponderance of proof and applicability of research findings are conditions for survival and legitimacy of the scientific knowledge. This theoretical essay was motivated by the question: “In Administration, can we trust in theories that cannot (also) be proved?” This theoretical essay aims to provoke reflections from questionings about the validity of administrative theories, criteria of certainty and truth, humanization or dehumanization of science and the cost, for society, related to commodification of knowledge.

Keywords: Administrative Theories. Scientific Validation. Commodification of Knowledge.

INTRODUÇÃO

A expressão “contra fatos não há argumentos” é muito utilizada em diferentes áreas (policial, médica, empresarial, dentre outras), e no meio científico geralmente está relacionada à aceitabilidade de resultados que precisam ser comprovados a partir de experimentações.

Nesse âmbito, a supremacia da prova constitui uma condição de sobrevivência e de legitimação para o conhecimento científico, associado à aplicabilidade dos achados das pesquisas. Consequentemente, as informações que não podem ser comprovadas e que não podem servir de padrão para serem “replicáveis” em diferentes contextos acabam ficando à margem dos investimentos científicos.

Assim, nas Ciências Sociais, e mais especificamente na Administração, cujos estudos constituem, aparentemente, mais teorias (argumentos) do que fatos, percebe-se a dificuldade de testar e comprovar os resultados das pesquisas. Entretanto, emergem alguns questionamentos: para quem está se querendo comprovar algo? A comprovação realmente constitui o objetivo da ciência, principalmente em áreas cujos eventos são dinâmicos?

Segundo Bauman (2003), a humanidade precisa se colocar acima dos dados da experiência a que tem acesso e o pesquisador de Ciências Sociais encontra-se em um processo permanentemente inconclusivo, tendo como objetivo ampliar os horizontes cognitivos dos indivíduos.

Diante do exposto, este ensaio teórico tem como objetivo provocar as seguintes reflexões: a) Se na prática a teoria é outra, qual a validade das teorias administrativas? b) Experimentação e verificação podem ser consideradas como critérios de certeza e verdade? c) A Ciência constitui um conhecimento humanizador ou desumanizador? d) Quais as consequências da mercantilização do conhecimento?

Tais questionamentos ajudam a compreender a dicotomia existente entre fato e argumento, cujas interpretações consolidaram uma expressão de termos aparentemente excludentes. O presente estudo ajuda a desmistificar esses pressupostos e, ao término das reflexões teóricas, espera-se ampliar a visão sobre a questão de pesquisa que norteou o desenvolvimento deste ensaio: em Administração, pode-se acreditar em teorias que não se pode (também) comprovar?

Para tanto, o ensaio está organizado em seis seções: esta primeira, que contextualiza o tema e o problema analisado; quatro seções, da segunda a quinta, em que são apresentadas reflexões teóricas acerca do objeto de estudo; a sexta seção com as considerações finais do trabalho; e, por fim, as referências que fundamentam o estudo.

SE NA PRÁTICA A TEORIA É OUTRA, QUAL A VALIDADE DA TEORIAS ADMINISTRATIVAS?

Reflexões acerca do distanciamento entre “teoria e prática” são comumente feitas nas salas de aula dos cursos de Administração. Talvez essa percepção seja uma consequência proveniente da dúvida se a Administração é uma ciência ou uma arte! Ora, como ciência, as teorias precisariam ser “aplicáveis” à prática, mas como arte, essas teorias podem ser associadas a uma competência individual variável e, nesse caso, suas teorias nem sempre seriam replicáveis.

Costuma-se considerar que um campo de estudos é uma ciência quando possui um corpo teórico próprio, articulado de forma a indicar a seus seguidores como se portar em casos específicos, prevendo os resultados desse comportamento. Já a arte é considerada uma habilidade, o desenvolvimento de habilidades **ainda baseadas essencialmente na intuição**, no risco de serem tomadas sem que seus resultados sejam previsíveis. Arte é a competência para conseguir um resultado concreto desejado. Considerando estes aspectos, a Administração ainda se encontra em uma fase amalgamada de arte e ciência (PEREIRA; FERREIRA; REIS, 1997, p. 17, grifos dos autores).

Para Bourdieu (1983), quando se fala de Administração como ciência, é mais seguro pensar nas instituições acadêmicas que promovem, profissionalmente, a pesquisa nessa área, constituindo um “campo científico” e uma tradição incipiente, ao invés de algo confuso e discutível sobre um *status* epistemológico. Sob esse aspecto, perguntar se o campo da Administração é ciência ou arte soa como se tudo fosse desconhecido ou mal-entendido (MATTOS, 2008). Para este autor, a Administração constitui uma prática linguística própria de um ambiente de relações criado pelas organizações. Todavia, persiste a dúvida se Administração é Ciência ou Arte porque o saber não se reconhece na prática, constituindo um obstáculo epistemológico (BACHELARD, 1996).

Essas reflexões também permeiam percepções oriundas do senso comum, visto que, se a ciência é “certa e confiável”, por que há tantas mudanças e divergências entre os pesquisadores? E, trazendo para o campo de estudos da Administração, por que existem tantas teorias para um mesmo problema e por que nenhuma, aparentemente, consegue solucioná-lo eficazmente?

O pesquisador de Ciência e Conhecimento em Administração precisa estar ciente do significado de alguns termos para poder compreender esses questionamentos. Um exemplo esclarecedor: a percepção de tempo-espaço na teoria de Einstein é muito superior à teoria de Newton.

A rota dos aviões, dos satélites e as previsões de tempo, por exemplo, baseadas na teoria newtoniana, deixaram de funcionar por causa disso? Então, que “leis” são essas? Não são leis, são teorias, explicações que mudam e evoluem! Não é papel das ciências afirmar algo incontestável, mas ser capaz de produzir conhecimentos novos e/ou provisórios acerca do que se pensava ser certo em determinado momento e contexto.

A evolução não é linear e as revoluções científicas comprovam isso. Para Kuhn (1978 *apud* HOCHMAN, 1994), o paradigma é aberto o suficiente para a resolução de novos problemas. Esta característica possibilita flexibilidade à comunidade científica para incorporar outros questionamentos dentro da tradição “estabelecida” e que, posteriormente, podem provocar crises paradigmáticas, levando à construção, desconstrução e/ou reconstrução de novos conhecimentos.

Nesse sentido, o processo de construção de conhecimento científico envolve alguns mistérios cuja metáfora da caixa-preta, utilizada por Latour (2000), vem provocar. Estando “preso” dentro da caixa, o saber desafia pesquisadores a entendê-lo e encontrá-lo através de uma imersão e emersão, sem início ou término, não esquecendo de considerar algumas fronteiras da caixa, como o tempo e o espaço, fatores importantes para entender tudo que há em seu interior. Além disso, não se pode esquecer do ator (cientista) que colocou o conhecimento dentro da caixa, dos interesses e do contexto subjacentes ao processo da pesquisa.

Ao retomar o questionamento deste tópico, “se na prática a teoria é outra, qual a validade das teorias administrativas?”, pode-se ampliar os horizontes da reflexão para todas as demais áreas de estudo acadêmico, não se limitando à divisão das ciências como naturais, exatas ou humanas, afinal todas as ciências são sociais! Segundo Santos (2000, p. 89),

[...] a transformação da natureza num artefato global, graças à imprudente produção-destruição tecnológica e à crítica epistemológica do etnocentrismo e androcentrismo da ciência moderna, convergem na conclusão de que a natureza é a segunda natureza da sociedade e que, inversamente, não há uma natureza humana porque toda a natureza é humana. Assim sendo, todo o conhecimento científico-natural é científico-social.

Portanto, o foco da discussão não se restringe à validade apenas das teorias administrativas, mas também de tudo o que é produzido pela ciência, tendo como origem e finalidade o homem e a sociedade. O questionamento da aplicabilidade do conhecimento nas ciências ditas humanas e sociais é mais evidente porque estas não se apresentam como leis universais, mas como teorias renováveis. Aliás, um dos critérios da validade científica é a capacidade de refutabilidade, logo não se deve tirar os créditos da ciência e do conhecimento desenvolvido em Administração. Não se está justificando o distanciamento existente entre teoria e prática neste campo de estudo.

Sobre esse aspecto, apresenta-se a seguinte provocação: a teoria não está distante da prática, pelo contrário, ela está enraizada no contexto organizacional, perpetuando a cultura predatória do mercado. O cerne da questão é que não é do interesse de quem financia a Ciência e o Conhecimento em Administração elucidar práticas organizacionais com teorias emancipatórias, uma vez que estas não são patrocinadas pelo sistema que rege o que deve (ou não) ser pesquisado neste campo.

EXPERIMENTAÇÃO E VERIFICAÇÃO PODEM SER CONSIDERADAS CRITÉRIOS DE CERTEZA E VERDADE?

Todo conhecimento, para ser aceito pela Ciência, deve ser susceptível de teste, visando à replicação. Em tal afirmativa reside a ideia de objetividade recuperada por Popper (2006) a partir dos estudos de Kant, porém com uma ressalva: enquanto este propunha que os resultados dos achados constituíssem leis universais, Popper defendia que fossem considerados como hipóteses universais.

Considerando que Popper tratava os achados como hipóteses e defendia que, em ciência, não há espaço para convicções subjetivas, questiona-se: o “ideal”, como era definido o conhecimento, não estava restrito e limitado a convicções objetivas que se pretendiam “verdadeiras”? Neste contexto, uma justificativa seria objetiva e verdadeira apenas se pudesse ser submetida a testes e seu resultado fosse positivo. Será que todo tipo de conhecimento é passível de mensuração? Dessa forma, concluir-se-ia que tudo que não se puder provar deve ser descartado. Mas se Popper tinha tanta certeza disso, por que não aceitou a ideia de lei ao invés de hipóteses universais? Popper foi enfático ao “exigir” que os enunciados sejam susceptíveis do maior número de testes possíveis, ao mesmo tempo que advertiu para não aceitar como “verdadeiro” qualquer tipo de conhecimento que não se possa submeter a testes.

Popper foi extremamente radical em sua tese ou é possível ampliar a compreensão acerca de tais conceitos? Sobre o termo “objetividade”, existem definições que merecem reflexão, pois trazem o vocábulo relacionado à “ausência de opinião preconcebida” e “resultado independente de preferências individuais”. Ora, tais significados são essenciais ao pesquisador que busca a objetividade em suas investigações. Assim, as observações de Popper fazem sentido e, apesar das críticas ao positivismo de suas ideias, elas não devem ser descartadas, mas reconceitualizadas no contexto pesquisado. Ao se pensar, por exemplo, na noção de teste que Popper propõe para validar o conhecimento como científico, pode-se compreender a importância de o estudo ser passível de replicação e, por isso, o sentido de “teste” não deve se limitar à mensuração estatística, mas ser ampliado para a relevância do método e da sua correta

descrição nos trabalhos científicos, a fim de que outros pesquisadores possam replicar o conhecimento.

Assim, a obtenção de dados e informações a partir da observação e da experimentação testadas e comprovadas objetivamente constituem o conhecimento científico. Para os indutivistas, quando satisfeitas algumas condições, os achados de suas pesquisas são válidos e podem ser generalizados para todos os casos.

Entretanto, Chalmers (1993) considera tais conclusões ingênuas e apresenta vários pontos questionáveis. Dentre as contestações, o autor expõe alguns problemas da indução: a indefinição do número de observações necessárias, a incerteza quanto às variações significativas das circunstâncias e, por fim, as conclusões tidas como verdadeiras a partir de observações específicas. Eis aqui um dos mais “graves” problemas: os observadores não percebem o fenômeno de forma idêntica porque são influenciados por uma série de fatores pessoais, sociais, históricos, etc. Dado que os fatos adquiridos através da observação geram leis e teorias que serão tomadas como base para dar explicações e fazer previsões, pode-se colocar em dúvida a validade da ciência originária das induções.

Neste contexto, é pertinente destacar dois aspectos centrais dessa discussão: a validade e a generalização dos resultados. A partir do momento em que as conclusões da indução são consideradas como “verdades” e servem de base para explicar e prever outros fenômenos, a gravidade e a extensão do problema parecem ser imensuráveis, uma vez que outras “ciências” foram elaboradas tendo como ponto de partida resultados cuja validade é questionável. Além disso, o caráter utilitarista e funcional do paradigma moderno atribui à ciência a necessidade da generalização dos achados, mais uma vez tomando como “verdades absolutas” resultados que desconsideram as especificidades de cada fenômeno.

Ora, se a racionalidade humana é limitada e não pode captar e representar a realidade em sua plenitude, o que está subjacente à necessidade de fazer afirmações universais verdadeiras? Seria a necessidade de saber, uma vez que aquele que sabe tem segurança, poder e o controle dos fatos? Será que esse é o propósito de quem “ama a sabedoria” (*philos* - que ama + *sophia* - sabedoria)? Segundo Chauí (2006), a base da Filosofia deve ser a reflexão. Por sua vez, o ato de refletir exercita o pensamento crítico, que leva à emancipação.

Demo (2009) acrescenta que a ciência é uma interpretação de uma realidade reconstruída a partir do ponto de vista do observador e, por isso, corrobora a tese de Bachelard (1996) de que a aparência empírica precisa ser desconstruída. Mas, então, por que existe a necessidade de estabelecer verdades? De acordo com Nietzsche (2000), o indivíduo utiliza o intelecto para conservar-se. Dessa forma, o conhecimento torna-se um instrumento para o disfarce, iludindo o seu criador. Ora, se o conhecimento é expresso através da linguagem arbitrária, convencional e, portanto, limitada,

pode-se concluir que a produção intelectual não é verdadeira. Nesse sentido, a mentira seria o oposto da verdade?

Pensar assim é mais uma consequência dessa ilusão, visto que não existe verdade. Apenas existem metáforas, que, segundo Nietzsche (2000), são móveis e jamais poderiam ser tidas como sólidas, canônicas e obrigatórias. Além disso, essas “verdades” não apresentam em essência a realidade, uma vez que são representadas pela linguagem.

Visto que o homem almeja a “conservação” em diferentes aspectos, pode-se subentender que a lógica subjacente a essa intenção tenha origem na hegemonia do paradigma dominante, cuja ideia do “caos” perturba a fantasia da “ordem” existente. Tal obsessão, por conservar-se, pode ser observada desde a submissão do corpo a cirurgias plásticas, disfarçando a essência humana, até a perpetuação da racionalidade instrumental, tendo como base a definição de conceitos que são tomados como verdades para deturpar a realidade.

A impressão é de que se vive em um mundo abstrato, onde tudo é ilusório e irreal. Talvez essa sensação temerosa de lidar com algo indefinível e não representável motive o estabelecimento de conceitos com base em metáforas não verdadeiras. Tudo isso para que as pessoas se sintam confortáveis e conformadas com a definição de “ordem” vigente.

Mas o que usar no lugar dos conceitos? A intuição? Nietzsche (2000) adverte que ambos têm como objetivo dominar a vida. Além disso, o homem intuitivo torna-se irracional e aquele baseado na razão não é capaz de criar. Ambos são infelizes, porém a racionalidade dá ao ser humano, através do intelecto, a possibilidade de disfarçar sua infelicidade, seja através de uma máscara facial ou através da linguagem.

Diante do exposto, os pesquisadores podem: a) atuar como “cirurgiões plásticos”, utilizando as palavras para disfarçar a realidade que enxergamos como verdadeira, deturpando ainda mais os “objetos” de investigação; b) assumir uma postura de “pacientes” acrílicos, iludidos com o disfarce que os “esteticistas” do conhecimento irão proporcionar; ou c) conscientizar-se sobre as limitações da linguagem para representar a realidade instável e amórfica, que não se molda a conceitos utilizados como verdades absolutas.

A emancipação do homem não resultará de sua conformação e retidão às verdades arbitrárias, até porque elas são supostas e impuras. A liberdade almejada poderá provir das dúvidas, justamente pelo sentimento de desconfiança apresentado por Nietzsche. Assim, o pesquisador não deve temer o que busca conhecer, pelo contrário, tal postura pode revelar que a realidade que investiga é efêmera.

A busca da verdade, aparentemente, constituía uma constante nos estudos científicos. Todavia, para a mercantilização do conhecimento, a legitimação dos resultados das pesquisas tornou-se condição *sine qua non* para sua sobrevivência e continuidade. A partir daí, o foco da ciência começa a ser distorcido; a verdade deixa de protagonizar

os objetivos das pesquisas e passa a ser substituída pela aplicabilidade do conhecimento.

Mas não se pode reduzir a Ciência a reações químicas e elétricas. A experimentação e a verificação fazem parte dos métodos científicos, porém não se resumem a testes. Além disso, tais critérios não podem ser tidos como sinônimos de certeza e verdade. Tal reflexão aplica-se à expressão “contra fatos não há argumentos”, uma vez que o primeiro se refere a uma evidência verificável e o segundo constitui um conjunto de afirmativas capazes de “provar” os fatos.

Nesse âmbito, é pertinente destacar que aquilo que é considerado um fato traz consigo a ideia de verdade, mas, conforme observado, este conceito é contestável. Quanto aos argumentos, se eles são provas dos fatos, também é possível questioná-las (LYOTARD, 2004). Portanto, a expressão “contra fatos não há argumentos” é inconsistente semanticamente, uma vez que ambos os termos não são excludentes, pelo contrário, o argumento valida o fato. Outra ilusão é associar fatos à prática e relacionar argumentos a teorias. Reitera-se que esses termos não podem ser entendidos de forma dissociada e buscar validá-los através de comprovações consiste em um desserviço para as Ciências Sociais, cujos fenômenos são dinâmicos e as verdades são provisórias.

A CIÊNCIA: UM CONHECIMENTO (DES)HUMANIZADOR?

A ciência moderna trouxe a ideia de intervenção nos fenômenos, inclusive sobreposição tecnológica, que antes, pela ciência antiga, eram apenas objeto de contemplação. “A ciência clássica [ou moderna] é uma ciência que visa não só ao conhecimento teórico, mas, sobretudo, à aplicação prática ou técnica” (CHAUÍ, 2006, p. 222). Esta despertou, no homem, a necessidade de dominação e de controle da natureza, o que torna a tecnologia (um conhecimento teórico aplicado na prática) inseparável.

A indústria foi um importante fruto da ciência moderna e estabeleceu-se como necessidade para a população mundial. O desenvolvimento científico precisa, cada vez mais, de velocidade para acompanhar o crescimento da população e suas consequentes novas demandas. Segundo dados da Folha (2007), em 2050 o mundo terá 9,2 bilhões de habitantes, crescendo 2,5 bilhões do que tinha em julho de 2007. Pela estimativa, a população mundial crescerá em 43 anos (2007 até 2050) em mesmo número do que evoluiu em 1950 anos. A industrialização, geradora de novos modelos dotados de praticidade, dá a esta nova configuração populacional a possibilidade de (sobre)vivência “ordenada”. A população cada vez mais passa a depender da ciência e da tecnologia para sobreviver.

As gerações comportam-se, tecnologicamente, distintas umas das outras. O recurso tecnológico que um adolescente, hoje, classifica como indispensável, é um desafio

para os seus pais e uma incógnita para os seus avôs. Os aparelhos celulares de múltiplas funções, a comunicação virtual e os computadores portáteis são exemplos de tecnologias que não podem mais ser dispensadas. Conseqüentemente, as tecnologias acabam tornando-se extensões dos seres humanos, como se fossem “próteses” essenciais à vida. Essas próteses acabam modificando não somente a configuração do corpo, mas o modo como as pessoas trabalham, estudam e relacionam-se.

A ciência tornou-se o grande paradigma do conhecimento. Para Hochman (1994, p. 203), “a ciência é convenção; a comunidade científica é, ao mesmo tempo, o lugar e o resultado desta convenção”. Ela passou a nortear as grandes decisões da humanidade, passou a trazer a “certeza” buscada, desde simples coisas – como uma pesquisa de opinião pública – até a formação de seres *in vitro*¹. O homem passa, pela ciência moderna, a controlar a natureza e achar que tem “poderes” de “deuses”. Alterações no corpo, criação de novos seres humanos, manutenção da vida através de máquinas e geração de seres “meio humanos” são algumas das possibilidades oportunizadas pela ciência, tornando-a capaz de moldar a forma como a humanidade pensa e age.

É notório que o avanço da ciência traz à humanidade a possibilidade de “melhorar a sua condição de vida”. Cada vez mais, homem e máquina estão mais próximos e, por vezes, se confundem. Em alguns momentos estão num mesmo corpo, em outros estão se complementando. Não é esta ligação ou um artefato construído em laboratório que vai dizer que o homem está “menos humano”. É o (bom ou mau) uso destas descobertas que vai revelar se ele está tornando-se (des)humano. Assim, é possível, através da pesquisa, produzir conhecimentos mais humanizadores.

A MERCANTILIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

O Humanismo destacou o pensamento antropocêntrico, no qual o homem podia ser capaz de conhecer e dominar a realidade. Trouxe também duas concepções de ciência: a) o ideal do conhecimento desinteressado; b) e o utilitarismo.

Segundo Chauí (2006), a primeira concepção afirma que o valor da ciência está na exatidão e na verdade de uma teoria, independente de aplicação prática. Ele traz conhecimentos novos sobre fatos desconhecidos e amplia o conhecimento sobre a realidade, mas o seu uso é consequência e não causa do conhecimento científico.

Já a segunda concepção diz que o valor de uma ciência está na quantidade de aplicações práticas permitidas por ela. Nesse caso, através do uso imediato da ciência, deveria

¹ Expressão latina utilizada para designar todos os processos biológicos realizados em ambiente de laboratório, geralmente em recipientes de vidro, que reproduzem as mesmas condições dos sistemas vivos.

ser provada a verdade sobre uma teoria científica, atribuindo-lhe o devido valor. Os conhecimentos são buscados para resolver problemas práticos, determinando o aparecimento e as transformações das ciências.

Assim, as duas concepções são parcialmente aceitáveis. Uma teoria pode ser elaborada sem necessariamente ter uma finalidade de aplicação prática. Em geral, os conhecimentos teóricos estão à frente de suas aplicações, que só acontecem após determinada teoria estar estabelecida na comunidade científica. Entretanto, se uma tecnologia não é baseada em uma teoria sólida, provavelmente a veremos como arriscada e incerta.

A distinção e a relação entre ciência pura e ciência aplicada podem solucionar o impasse e o confronto entre as duas concepções sobre o valor das teorias científicas, garantindo, por um lado, que uma teoria possa e deva ser elaborada sem a preocupação com fins práticos imediatos, embora possa, mais tarde, contribuir com eles; e por outro, garantindo o caráter científico de teorias constituídas diretamente com finalidades práticas, as quais podem, por sua vez, suscitar investigações puramente teóricas (CHAUI, 2006, p. 234).

Da mesma forma que problemas práticos estimulam descobertas científicas, estas vão além da necessidade de resolução de problemas. O importante é perceber que a relação entre as duas (teoria e prática) sejam complementares e não dicotômicas.

Todavia, ainda predomina na ciência moderna e contemporânea a ideia de prova objetiva, na qual o objeto e o sujeito do conhecimento estão separados, ou seja, há independência do fenômeno em relação ao pesquisador. Para o senso comum, os resultados oriundos de um experimento científico não sofrem interferência do cientista. Por este motivo, condiciona-se a precedência de uma teoria a uma aplicação tecnológica. No entanto, esta neutralidade não existe.

Para Glaserfeld (1996, p. 77), “não temos maneiras de chegar ao mundo externo senão através de nossa experiência dele”. Ao observar o fenômeno em estudo, cada pesquisador tem um olhar diferente e faz a contemplação do mundo exterior com base, inclusive, na sua própria experiência. Por mais que este olhar queira ser perfeito, ele é passível de erro. Assim, por esta visão de mundo propícia à falha, o conhecimento também é uma representação, e como dito por Demo (2009), não vemos as coisas como são, mas como somos. Uma ciência pura e neutra é mito.

Chauí (2006) acrescenta que o melhor caminho para perceber a impossibilidade de uma ciência neutra é considerar a maneira de fazer ciência no nosso tempo. Antes, os cientistas trabalhavam solitariamente em seus laboratórios e suas pesquisas eram financiadas por eles mesmos ou por pessoas ricas que desejavam patrocinar as descobertas. Hoje, eles trabalham coletivamente nas universidades, nos laboratórios de grandes indústrias e em centros de pesquisas, recebendo recursos do governo e de empresas priva-

das. Que interesses estão subjacentes a essa produção do conhecimento?

Em ambos cenários de pesquisa (o antigo, com o pesquisador solitário, ou o novo, através do trabalho coletivo), é preciso considerar o papel do financiador. A finalidade da maioria das pesquisas científicas é o controle da natureza e da sociedade, influenciadas pelos interesses daqueles que regulam a distribuição dos investimentos.

Além da manipulação dos recursos, ainda há outro problema: o uso das ciências. As ciências podem nascer para dar resposta a um problema prático, serem construídas e depois avançar para solucionar tais problemas ou, simplesmente, não buscar soluções práticas. Esses usos, às vezes, estão alheios à vontade do pesquisador, pois “as pesquisas científicas passaram a fazer parte das forças produtivas da sociedade, isto é, da economia. [...] A ciência tornou-se parte integrante e indispensável da atividade econômica. Tornou-se agente econômico e político” (CHAUI, 2006, p. 239).

Como agente econômico, a ciência passou a modificar padrões industriais, comerciais e sociais, através da informatização, da telecomunicação, da industrialização e da profissionalização, por exemplo. Como agente político, passou também a determinar os caminhos a serem trilhados pelas produções científicas, inclusive financeiramente, através da criação de ministérios e secretarias para controle de pesquisas civis e militares.

Outras perspectivas que não podem ser desconsideradas quando se aborda o movimento do mercado da ciência, são as concepções de Bourdieu (1983) sobre o que ele denomina de “campo científico”. A definição que o autor traz deste termo (expressão que representa um campo de lutas onde pesquisadores buscam o monopólio da autoridade/competência científica) constitui outra forma de analisar a “comunidade científica”. Tal comunidade é autorreprodutora e autônoma e esconde a real dinâmica das modernas práticas científicas. Portanto, a autonomia do campo está relacionada à sociedade na qual está inserida.

Dessa forma, a produção de conhecimento é entendida como um caso especial da produção e distribuição capitalista de mercadorias, como uma espécie de mercado particular dentro do capitalismo (BOURDIEU, 1983). “O próprio interesse dos cientistas, em certas áreas de estudo, deve ser analisado com uma avaliação das possibilidades de crédito científico” (HOCHMAN, 1994, p. 210). É comum que os cientistas demonstrem interesse por alguns temas que possam aumentar o seu “capital”, no entanto, como em qualquer mercado, uma alta demanda pode ocasionar a saturação e levar à diminuição da possibilidade de lucro e este movimento mercadológico também é observado pelos pesquisadores, fazendo com que algumas áreas tenham mais ou menos estudos do que outras.

A autoridade/competência científica é uma espécie de capital e, como qualquer outro, vai sendo acumulado gradativamente (através de títulos, publicações) para depois

ser convertido em outras formas de bens, inclusive capital monetário. Uma autoridade/competência científica estabelecida é capaz de dominar um campo.

Uma particularidade do campo científico é que os consumidores e os produtores são os mesmos. Os cientistas produzem para os seus pares/concorrentes e, portanto, precisam ser legitimados por seus colegas. Quanto mais original e inovador for, mais possível será este reconhecimento, elegendo-o como dominante no mercado oligárquico.

Dentro deste novo espaço ocupado pela ciência contemporânea, é quase inexistente a neutralidade científica, em virtude da influência de quem a financia. Ao mesmo tempo, o espaço de publicações científicas também é dominado pelos financiamentos, conforme destacado por Schlendlindwein (2009, p. 10):

Publicar faz parte da atividade científica. Ocorre, porém, que subjacente ao “sistema de recompensa” baseado na produtividade científica opera um vigoroso *feedback* de reforço: em termos gerais, pode-se dizer que quem publica mais, recebe mais recursos para pesquisa, que, por sua vez, possibilita aumentar o número de publicações, num ciclo de reforço contínuo.

Atualmente as publicações científicas estão inseridas em uma era industrial e tal pressão conduz à produção de artigos em massa. Nesta lógica, os cientistas acabam produzindo mais repetições do que inovações e “temos cada vez mais cientistas e menos Ciência, sem que aqueles estejam, inclusive, muito cientes disso” (SCHLENDLINDWEIN, 2009, p. 10).

Nesse cenário, a publicação é vista como uma forma de prestar contas à sociedade pelo investimento financeiro recebido, pressionando a comunidade científica para produzir conhecimento em escala industrial. No entanto, isto não pode ser considerado como razão para o publicismo, até porque a maioria da sociedade não lê artigos científicos (estes são produzidos por cientistas para outros cientistas). É inegável a importância da publicação científica, contudo ela precisa ser fundamentada em outras motivações (por exemplo, publicar para melhorar a existência humana) além do “sistema de recompensas” entre pares, instituições e financiadores.

Outro prejuízo social do publicismo ocorre quando alguns cientistas se preocupam mais com a quantidade e com a legitimidade junto a seus pares, do que com a qualidade e finalidade da produção sobre temas e áreas socialmente relevantes. Em Administração, tem-se uma variedade de fenômenos para estudo, bem como distintas áreas para aprimoramento teórico. No entanto, alguns assuntos são mais “vendáveis” e, provavelmente, atraem mais atenção de certos pesquisadores.

Dessa forma, as ciências reconhecidas como humanas e sociais também se inserem nesse jogo de mercado, ficando marginalizadas dos altos investimentos que são mais direcionados às ciências consideradas duras. Nestes campos e arenas científicas, a sociedade não reconhece a aplicabi-

lidade do conhecimento à sua necessidade, uma vez que a lógica utilitarista do saber está voltada para perpetuação do poder daqueles que o patrocinam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda é complexo definir se Administração é Ciência ou Arte porque as teorias deste campo nem sempre são reconhecidas na prática. Ao mesmo tempo, não se está ratificando o distanciamento entre teoria e prática em Administração. Conforme dito por Chauí (2006), teoria e prática científicas estão relacionadas na concepção moderna e contemporânea de ciência, mesmo que uma possa estar mais avançada do que outra em determinado momento e contexto.

A força das ciências não está em dizer a “verdade”, mas em buscar sempre a “melhor verdade”, visando à construção de novos conhecimentos de acordo com a flexibilidade do campo científico. Pela verdade o homem entra em conflito. Em busca da verdade o homem entra em dicotomia. Ao encontrar uma nova verdade para um conhecimento já existente, o que veio antes passa a ser uma não-verdade, então o que se tem agora é o correto? Como saber se um conhecimento não criticado pode ser verdade se ele não foi confrontado com outra possível verdade?

Possivelmente, estes tipos de inquietações fazem o homem se abrir a mudanças significativas em busca de novos paradigmas, mesmo que eles sejam provisórios. A refutabilidade é o pressuposto fundamental para determinar se uma teoria é científica ou não. Contudo, os conhecimentos não testáveis também são fundamentais para o progresso do conhecimento, desde que possam ser criticados. Uma das grandes preocupações das formas de conhecimento, científico ou não, deve ser o seu uso para a comunidade. Um conhecimento só tem razão de existir se for útil e se tiver um porquê para sua existência.

O paradigma moderno prega a universalidade, no entanto, ousa dizer que as “verdades” estão contextualizadas de acordo com o cenário do objeto de pesquisa e isso nos impede de acreditar em teorias generalistas. Nesse âmbito, ao retomar a questão de pesquisa que norteou o desenvolvimento deste ensaio teórico, “em Administração, pode-se acreditar em teorias que não se pode (também) comprovar?”, apresentaram-se reflexões que apontaram para a necessidade de a Ciência buscar, constantemente, melhorar a sua refutabilidade. Em Administração, há fenômenos organizacionais dinâmicos que não são passíveis de reprodução e exigem uma prática permanente de contextualização.

Assim, não é a possibilidade de ser testada que dá veracidade a uma hipótese, mas permite que ela seja confiável até o surgimento de uma nova verdade. Para Glasersfeld (1996), na contemplação do mundo exterior, cada olhar é diferente, com base, principalmente, na experiência humana. E, por mais que este olhar queira ser perfeito, ele é passível de erro. Considerando essa visão de mundo propícia a falhas, o conhecimento também é uma representação.

Neste caminho de busca pela melhor “verdade”, o foco da ciência deveria estar voltado para melhorar a existência humana. Mas, apesar de o conhecimento científico ser uma das ferramentas para a melhoria da vida humana, ele tornou-se moeda de troca dentro do “campo científico”, espaço de lutas em busca da autoridade científica. A necessidade de legitimar-se neste campo faz com que alguns pesquisadores deixem de lado o progresso científico e passem a dar mais importância ao acúmulo de autoridade/competência científica (BOURDIEU, 1983).

Consequentemente, muitas vezes pressionados pelas condições de trabalho, o interesse de alguns pesquisadores é guiado pelo acúmulo do “capital intelectual” a fim de viabilizar a ascensão profissional. Entretanto, tais conhecimentos deveriam ser capazes de promover uma vida mais digna para a sociedade, possibilitando que o homem passasse a ser um cidadão reflexivo e emancipado, sujeito consciente de suas ações e daquelas que fazem parte do seu contexto para poder, também, criticá-las!

NIETZSCHE, F. **Obras completas**. Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Coleção Os Pensadores).

PEREIRA, M. I.; FERREIRA, A. A.; REIS, A. C. F. **Gestão Empresarial**: de Taylor aos nossos dias. São Paulo: Pioneira, 1997.

POPPER, K. R. **A lógica da pesquisa científica**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SANTOS, B. de S. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SCHLENDLINDWEIN, S. L. Viver e publicar. **Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo**, jan./abr., 2009.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAUMAN, Z. A sociedade líquida. (Entrevista concedida a Maria Lúcia Garcia Palhares – Burke). **Folha de São Paulo, Mais**, São Paulo, p. 5-9, 19 out. 2003.

BOURDIEU, P. O Campo Científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

CHALMERS, A. F. **O que é ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2006.

DEMO, P. **Não vemos as coisas como são, mas como somos**. Disponível em: <<http://pedrodemo.sites.uol.com.br/textos/comosomos.html>>. Acesso em: 12 set. 2009.

FOLHA Online. **População mundial superará 9,2 bilhões em 2050, estima ONU**. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u373836.shtml>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

GLASERSFELD, E. A construção do conhecimento. In: SCHNITMAN, D. F. (Org.). **Novos Paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 75-83.

HOCHMAN, G. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, V. (Org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. p. 199-227.

LATOUR, B. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

LYOTARD, J.F. **A condição pós-moderna**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

MATTOS, P. C. L. de. Administração: Ciência ou Arte: o que podemos aprender com este mal-entendido. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD), 32., 2008. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/TC%20EPQ-C1322.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2016.